

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ARQUITETURA E URBANISMO:

Experiências recentes de ATHIS no estado de São Paulo

Palavras-Chave: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ATHIS, ARQUITETURA SOCIAL

Autoras:

AMANDA JAMILLY SILVA DO CARMO, FECFAU, UNICAMP Prof^a. Dr^a. FABRICIA ZULIN (orientadora), FECFAU, UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa apresenta um panorama da atual experiência extensionista nos cursos de Arquitetura e Urbanismo (AU) das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo, com foco em temas ligados ao direito à moradia e à cidade. Para isso, a estratégia adotada foi a de análise de dados sobre atividades recentes desenvolvidas nesta temática nas principais IES do estado.

No Brasil, a relação entre universidade e sociedade foi moldada em resposta aos contextos políticos e socioeconômicos, lidando com tensões entre as visões de caráter assistencialista — baseadas na transferência unidirecional de conhecimento, como prestação de serviços — e visões mais dialógicas, fundamentadas na construção coletiva do saber. Esta última fortalecida por autores como Freire (1969), cuja abordagem praxiológica propõe a substituição da ideia de verticalização pela de comunicação, destacando o saber popular e o diálogo entre universidade e sociedade: a ação de mão dupla.

No campo da AU, impulsionados pelo processo de redemocratização, da expansão da autoconstrução e dos movimentos de moradia em São Paulo, surgem, durante a década de 1980, as primeiras experiências em assessoria técnica vinculadas ao curso. O Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (LabHab FEBASP), criado em 1982, fundamentava-se em princípios pioneiros de articulação entre conhecimento técnico e cooperação com movimentos sociais. Em paralelo ou como desdobramento desse processo, surgiram outros laboratórios, como o HABITAFAUS (1982), o L'Habitat (PUCCAMP, 1986), o LabHab UNICAMP (1985), Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

da USP (1996) e Laboratório De Habitação do GFAU da USP (1997). Alguns com destaque na pesquisa, outros pela ação direta em campo, mas todos comprometidos com a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), a formação crítica de estudantes e a aproximação com comunidades vulneráveis.

As trajetórias traçadas pelos laboratórios em conjunto com a institucionalização da Extensão Universitária, através da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 1987) e a posterior formulação da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), são marcos para a situação da extensão universitária no Brasil e no reconhecimento da importância dessa prática como articuladora entre a sociedade e a universidade.

Nesse contexto de fortalecimento da extensão universitária, torna-se fundamental entender como essas experiências se inserem em um panorama mais amplo: o de "como o Brasil constrói?". Essa questão envolve não apenas a técnica, mas também o contexto socioeconômico e seus impactos no direito à moradia. Dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) mostram que a autoconstrução não assistida é predominante no Brasil, sendo uma forma popular de acesso à casa própria. Apesar de soluções adaptadas às necessidades locais, essas construções geralmente apresentam baixa qualidade, problemas de salubridade, conforto e segurança. Isso evidencia as limitações históricas impostas à atuação dos profissionais da arquitetura, em grande parte relacionadas à falta de políticas públicas estruturadas e de oportunidades de inserção social. No entanto,

observa-se um interesse crescente em compreender essas formas alternativas de produção do espaço e em incorporá-las ao debate contemporâneo, especialmente no contexto da formação de futuros profissionais.

OBJETIVOS E METODOLOGIA:

Trata-se de uma pesquisa que visa apresentar uma análise das atuais experiências extensionistas em cursos de AU das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo, com foco nas ações com caráter de ATHIS, visando compreender os desafios, formatos e impactos da extensão universitária no campo da formação crítica e da atuação social. Para esse fim, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) mapear os grupos extensionistas em atividade nos cursos de AU das principais IES paulistas, considerando o período de 2020 a 2024; (II) classificar os grupos identificados com base em suas estruturas organizacionais e formatos de atuação, reunindo-os em categorias; (III) analisar os campos temáticos e tipos de projetos desenvolvidos por esses grupos, com destaque para as ações voltadas ao direito à moradia e à cidade; (IV) discutir os desafios enfrentados pelas experiências de universitária, com foco em aspectos como continuidade, articulação com a comunidade, documentação e visibilidade institucional.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa exploratória, baseada na análise de dados públicos disponíveis nos sites e redes sociais das principais IES Diante desse cenário, reforça-se a importância das ações extensionistas nas universidades que aproximem os futuros profissionais às comunidades e contribuam para a efetivação do direito à moradia digna, ao mesmo tempo em que fortaleçam a ATHIS como política pública.

paulistas com cursos de AU. Foram selecionadas 13 IES, conforme classificação no Ranking Universitário Folha (2023), abrangendo assim IES públicas e São Paulo (USP), privadas: Universidade de Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Centro Universitário Armando Alvares Penteado (FAAP), Escola da Cidade, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Centro universitário SENAC (SENAC - Unidade Santo Amaro), Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (BELAS ARTES), Universidade São Judas Tadeu (USJT), Anhembi Morumbi Universidade, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Os dados levantados foram organizados em planilhas para análise dos tipos de grupos, projetos e áreas temáticas, considerando as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU). As análises resultantes foram fundamentadas a partir do referencial teórico construído com base nos autores da bibliografia consultada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com base nas diretrizes da PNEU — Interação Dialógica; Interdisciplinaridade Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social —, definiram-se os critérios de seleção e análise das experiências investigadas. A partir da seleção das 13 **IES** melhores posicionadas no ranking, identificaram-se categorias alinhadas à definição de extensão universitária apresentada e que promovam a justiça habitacional, denominadas nesta pesquisa como "Grupos de Trabalho (GT)": Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs), Laboratórios de Habitação (LabHab), Residências Técnicas (RT) e Grupos de Extensão (GE).

Os **EMAUs** são organizações acadêmicas vinculadas às universidades, nas quais estudantes desenvolvem projetos arquitetônicos e urbanísticos de interesse social, sob orientação docente. Em síntese, os EMAUs

são escritórios-escola, sem fins lucrativos, que articulam ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação profissional crítica dos alunos.

Os **LabHab** são, em geral, espaços interdisciplinares voltados à produção de conhecimento e à proposição de soluções para os desafios habitacionais e urbanos. Embora também vinculados a instituições acadêmicas ou de pesquisa, diferenciam-se dos EMAUs por sua composição mais ampla: além de estudantes, contam com professores, pesquisadores e profissionais, configurando um espaço de pesquisa aplicada, debate e de desenvolvimento de projetos voltados às demandas concretas das comunidades envolvidas.

As **RT** correspondem a programas de aperfeiçoamento profissional voltados à arquitetos e urbanistas recém-formados. Geralmente desenvolvidas em parceria com universidades, consistem em períodos supervisionados de atuação em campo, especialmente

junto a comunidades vulneráveis. Por meio de visitas técnicas e contato direto com os moradores, os residentes elaboram diagnósticos e propõem soluções mais adequadas às necessidades locais.

Os **GE** são coletivos formados por estudantes e docentes que promovem ações de caráter extensionista, fortalecendo a troca de saberes entre universidade e sociedade. No escopo deste estudo, os GE abrangem iniciativas que envolvem projetos pontuais ou contínuos com vínculo acadêmico, atuando diretamente junto a comunidades e territórios, muitas vezes com ênfase em temas específicos como habitação, mobilidade ou direito à cidade.

Além dos GT definidos, a Resolução nº7/2018 também reconhece como modalidades de extensão as seguintes atividades: cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços, programas e projetos. A tabela 1, apresentada em formato reduzido a seguir, sintetiza e expõe dados coletados entre maio e outubro de 2024, com o objetivo de compreender quais IES possuem experiências extensionistas nos cursos de AU dentro do contexto estudado pela pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa concentrou-se na coleta de dados públicos sobre os cursos, com ênfase na identificação dos Grupos de Trabalho Técnico (GT), suas classificações e o ano de início das atividades. No total, foram identificados **33 GT distintos**, acompanhados de suas respectivas classificações e datas de início.

Nome da Faculdade/Universidade	Nome do Grupo de Trabalho Técnico	Ano de início das atividades	Classificação
1. USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	LabHab – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos	1997	LabHab
	Lab. Cidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade	2009	LabHab
	FAU Social	2015	Grupo de Extensão
	Coletivo Caetés	2016	Grupo de Extensão
	HABITATHIS – Especialização em Assessoria Técnica a Melhorias Urbanas e Habitacionais em convênio com a Prefeitura de Diadema. Período: Outubro de 2023 – Outubro de 2024	2023	Residência Técnica
	HABIS — Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade	1993	Grupo de Extensão
2. UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Móbile	2012	EMAU
	DAD – LAB: design after the damages (Laboratório de Soluções para Pós-Tragédias em ambientes urbanos)	2023	LabHab
	FLUXUS Laboratório	2003	Outro
	SeR – Saneamento e Recuperação de Recursos	2024	Grupo de Extensão
	Ser Urbano - Arquitetura e Urbanismo coletivos na cidade e no campo	2019	Grupo de Extensão

Tabela 1 - **Instituições de ensino paulistas e suas atuais atividades de extensão universitária em versão reduzida** (a versão completa apresenta as 13 IES e os seus respectivos 33 GT). Fonte: as autoras, 2025

A tabela completa revela que a maioria das experiências nas IES analisadas se enquadram na categoria de GE (39,4%), o que, nos casos estudados, revela o predomínio de atividades pontuais. Tal prevalência pode ser atribuída ao caráter de curta duração dessas ações, que tendem a atrair os estudantes em comparação a iniciativas longas e, muitas vezes, não curricularizadas.

Em seguida, os EMAUs aparecem como a segunda atividade mais recorrente (27,3%), refletindo o interesse discente por práticas de atuação social, mesmo diante da não curricularização da maioria dos EMAUs. A associação dos EMAUs com a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FeNEA) e a existência do Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA)

contribuem para a manutenção e consolidação desses grupos, garantindo sua estabilidade e reestruturação quando necessário.

Embora menos presentes, os LabHab (15,2%) e as RT (9,1%) são os GT que mais avançam até a fase de execução de seus projetos. A presença docente, apoio financeiro e parcerias impulsionam sua viabilidade. Nos casos estudados, a colaboração com as prefeituras parece ter sido fundamental para a concretização das ações.

A partir da definição do cenário em cada IES, o estudo aprofunda-se através do levantamento e organização em planilha (Tabela 2) de projetos realizados ou em andamento pelos GT a partir do ano de 2020, logo

após o período de pandemia, com destaque às ações relacionadas ao direito à moradia e à cidade.

Assim, foram identificadas seis categorias principais de projetos: (I) cultura/lazer, voltadas à criação de espaços para eventos, reuniões e sedes comunitárias; (II) escola, com projetos de construção ou qualificação de ambientes educacionais, alguns realizados nas IES dos próprios GT; (III) habitacional, de foco em ATHIS e no contato direto entre estudantes e comunidade; (IV)

paisagismo, voltado a intervenções no mobiliário urbano e na vegetação; (V) urbanístico, relacionado à melhoria de vias, acessibilidade e mobilidade urbana; e (VI) outros, englobando pesquisas e ações que não se enquadram nas demais categorias. Embora haja sobreposições entre as classificações, o estudo considerou, para fins analíticos, os caráteres mais evidentes em cada projeto com base nas informações divulgadas pelos GT.

Nome da Faculdade / Universidade	Nome do Grupo de Trabalho Técnico	Principais projetos realizados/em andamento (a partir de 2020):	Classificação dos projetos
1. USP	Coletivo Caetés	Projeto do Memorial Dr. Sócrates Brasileiro - Escola Nacional Florestan Fernandes - MST	Escola, Paisagismo
		Ocupação Pinheiral e Ocupação Elza Soares	Habitacional
	HABITHATIS	Tá + Bonito , realização de reformas nas moradias autoconstruídas e a requalificação de vias da região de Diadema - SP	Habitacional, Urbanístico
	HABIS	Módulo Infra Verde , revisão sobre diferentes sistemas de drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos (banheiro seco)	Habitacional
2. UNICAMP	Móbile	Sede da Ocupação Nelson Mandela	Habitacional
	SeR	Apropriando-se das tecnologias de saneamento para a escolha da tecnologia apropriada	Habitacional

Tabela 2 - **Projetos atuais dos Grupos de Trabalho Técnico e suas classificações em versão reduzida** (a versão completa apresenta as 13 IES e os seus respectivos 25 projetos identificados). Fonte: as autoras, 2025

A análise revelou uma dificuldade importante: a obtenção de informações atualizadas. Como já mencionado, o estudo concentra-se em atividades extensionistas atuais, definidas aqui como aquelas desenvolvidas a partir de 2020. No entanto, o recorte temporal dificultou o acesso a dados sobre novos projetos, uma vez que a pesquisa se baseou em divulgações públicas feitas pelos próprios grupos. A escassez de informações disponíveis nas plataformas digitais parece indicar que alguns GT selecionados podem não ter retomado integralmente suas atividades ou estão em processo de reestruturação após o **período da pandemia**. Os dados organizados em tabela foram sintetizados no gráfico a seguir:

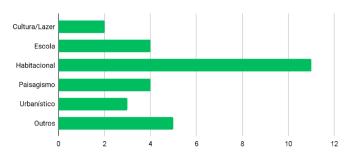


Figura 1 - **Gráfico distribuição quantitativa dos projetos por** classificação. Fonte: as autoras, 2025

Desse modo, foram identificados **25 projetos** distintos atualmente desenvolvidos pelos GT, distribuídos entre as seis categorias anteriormente mencionadas. Aqui, observa-se um predomínio significativo das ações de caráter em ATHIS, entendidas como práticas que

associam a técnica da AU ao contexto social, promovendo o acesso gratuito à serviços que enfrentam as desigualdades habitacionais e que também se apresentem através de formas coletivas e participativas de produção de espaço. Isso evidencia o papel crescente das universidades na promoção do direito à moradia digna e na aproximação entre a formação acadêmica em AU e as demandas habitacionais da sociedade.

Embora os projetos de ATHIS se destaquem (Figura 1), é relevante ressaltar que as demais categorias também contribuem para o direito à cidade, ao impactarem diretamente na qualidade do ambiente urbano e, por consequência, na condição habitacional — não apenas na escala da moradia, mas também na qualificação dos espaços públicos e da vizinhança.

Apesar da indissociabilidade do tripé universitário constar nas diretrizes curriculares, na prática, é perceptível que seus elementos ainda são segregados. Isso compromete a integração entre teoria e prática, enfraquece a extensão e reduz o engajamento estudantil. O descompasso entre o ideal institucional e a realidade das universidades dificulta a consolidação da extensão na formação acadêmica.

Ainda nesse contexto, há também a presença de projetos desenvolvidos exclusivamente pelas IES, sem parcerias externas. Apesar dos projetos serem realizados a partir de demandas reais, alguns deles permanecem no campo das propostas teóricas, da

elaboração de protótipos e de intervenções restritas ao espaço universitário. Nesses casos, o envolvimento direto com a comunidade é limitado, o que enfraquece o potencial transformador da extensão.

Esses desafios são aprofundados por Testolino (2023) através da investigação dos entraves à consolidação da extensão como parte efetiva da formação em AU. O autor destaca a incompatibilidade entre o calendário acadêmico e as demandas das comunidades, bem como a exigência de uma atuação contínua para o desenvolvimento e execução de projetos. Essa falta de sincronia prejudica a construção de vínculos duradouros e compromete o diálogo entre estudantes

e territórios, dificultando a permanência dos alunos nas ações de extensão e, muitas vezes, provocando sua evasão.

Embora o estudo de Testolino (2023) aborde cursos de AU de diferentes regiões do Brasil, suas observações coincidem com os obstáculos identificados nesta pesquisa, que possui o recorte em IES paulistas. Isso evidencia que muitos desses desafios são de natureza estrutural e se repetem em distintas realidades, apontando para a necessidade de uma discussão nacional mais aprofundada sobre os rumos da extensão universitária em AU.

CONCLUSÕES:

O panorama traçado evidencia os principais campos de atuação das atividades extensionistas nos cursos de AU em São Paulo, com destaque para as ações pelo direito à moradia digna. Tais iniciativas respondem à questão de "como o Brasil constrói?", na medida em que se inserem nos contextos reais da produção habitacional popular, majoritariamente marcada pela autoconstrução e pela ausência de assistência técnica. Isso revela os esforços das universidades em se aproximar das comunidades frente às crises habitacionais. Nesse cenário, destacam-se os GE e os EMAUs, esse último majoritariamente organizados por estudantes, o que evidencia o protagonismo discente e o potencial da extensão como espaço formativo nas universidades.

Apesar da relevante coleta de dados, algumas questões permanecem em aberto. Revela-se o descompasso entre o currículo obrigatório e as atividades de extensão, geralmente realizadas no contraturno e sem o devido reconhecimento como componente curricular. Soma-se a isso a realidade de

BIBLIOGRAFIA

CAU/BR, DATAFOLHA. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. [S.I.]: CAU/BR,2015.

FENEA. Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA). Florianópolis - SC: ENEA, 2007.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus -AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 30out. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** [S.I.]: Editora Paz e Terra, 2014.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. **Curso de Arquitetura e Urbanismo.**2023. Disponível em:

https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-cursos/arq_urbanismo/.
Acesso em: 9 mai. 2024.

TESTOLINO, P. Extensão universitária: potencial transformador e coparticipação na luta pela efetivação de direitos. Campinas – SP, 2023.

SAMPAIO, Celso Aparecido; FERREIRA, Paulo Emilio Buarque; ALVIM, Angélica Tanus Benatti (orgs.). **Residência em Arquitetura e Urbanismo:**

muitos estudantes que, fora do horário regular das aulas, estagiam ou trabalham. Destaca-se também a carência de registros e a limitada divulgação das atividades tanto internamente — entre os próprios estudantes das universidades — quanto ao público fora do ambiente acadêmico. As IES que mantêm redes sociais atualizadas demonstraram maior capacidade de comunicação, o que contribui com a continuidade e valorização das ações além de sua replicação. A ausência de documentação sistemática, por outro lado, dificulta o reconhecimento institucional dessas práticas e inibe seu potencial multiplicador.

Portanto, embora as ações extensionistas nos cursos de AU demonstrem grande potencial de transformação social, é evidente que o "nó" da curricularização (TESTOLINO, 2023) ainda limita sua consolidação. O fortalecimento da extensão universitária requer não apenas reconhecimento institucional e suporte financeiro, mas também sua integração ao currículo regular e a divulgação de sua documentação.

uma experiência de ATHIS da FAU Mackenzie em Taboão da Serra. São Paulo: Terra Redonda, 2023. 269 p. II. eBook (PDF).

RIOS, H. **Alunos da Unicamp ajudam a erguer nova sede de ocupação**. Disponível em:

https://unicamp.br/unicamp/noticias/2022/06/29/alunos-da-unicamp-ajudam-erguer-nova-sede-de-ocupacao/. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Interfaces, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2021.

SOUZA, Laura Reily de. A experiência extensionista no curso de arquitetura e urbanismo da USF : narrativas autobiográficas insurgentes. Itatiba, 2023.176 p.

SILVA, Anna Lúcia dos Santos Vieira e; FONTENELE, Camila Matos; LYRA, Luna Esmeraldo Gama. **Desafios da extensão universitária e dos escritórios modelo nos cursos de arquitetura e urbanismo**. Oculum Ensaios, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 335–346, 2014. DOI: 10.24220/2318-0919v11n2a2550. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2550. Acesso em: 15 set. 2024.